

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE
UNIVERSIDADE DO OESTE DO PARANÁ**

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: OFICINAS PEDAGÓGICAS
Educação Profissional para Alunos com Deficiência Intelectual Significativa**

VERA LÚCIA PEREIRA DE SOUZA

**NOVA AURORA – PR
2009 / 2010**

VERA LÚCIA PEREIRA DE SOUZA

OFICINAS PEDAGÓGICAS

Educação Profissional para Alunos com Deficiência Intelectual Significativa

Trabalho de apresentação à Secretaria de Estado da Educação – SEED, Departamento de Políticas e Programas Educacionais, para cumprir as exigências do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, sob a orientação da Professora Loraine Alcântara.

**NOVA AURORA – PR
2009 / 2010**

PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Professor PDE: Vera Lúcia Pereira de Souza

1.2 Área PDE: Educação Especial

1.3 NRE: Assis Chateaubriand

1.4 Professora Orientadora IES: Loraine Alcântara

1.5 IES Vinculada: UNIOESTE

1.6 Escola de Implementação: Escola de Educação Especial “Novo Amanhecer”

1.7 Público objeto da intervenção: Alunos com deficiência intelectual

2. **TEMA:** Oficinas Pedagógicas

3. **TÍTULO:** Educação Profissional para alunos com deficiência intelectual significativa

4. JUSTIFICATIVA

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) explicita a organização da educação especial como uma modalidade que perpassa todos os níveis de ensino e aponta para a necessidade da mesma constituir a proposta pedagógica da escola, atuando de forma articulada com o ensino comum para o atendimento às especificidades do seu público-alvo, os alunos com necessidades educativas especiais¹.

O referido documento destaca ainda a formação do professor, ressaltando que a mesma, seja inicial ou continuada, deverá ter como base os conhecimentos gerais para o exercício da docência e os conhecimentos específicos da área, visando aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar desta modalidade em relação aos diferentes níveis de ensino.

¹ Alunos com necessidades educativas especiais são os alunos com deficiência, alunos com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e aqueles que apresentam transtornos funcionais específicos (MEC, 2008)

Ao lado das políticas públicas para a educação temos a legislação brasileira, seja a Constituição Federal (BRASIL, 1988), seja a LDB, Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996) ou outras leis esparsas, que determinam o atendimento especializado aos alunos com necessidades educativas especiais. Entretanto, a despeito dos documentos indicarem para que o atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais se dê preferencialmente nas escolas regulares, deparamo-nos com toda uma estrutura de educação especial organizada de forma paralela, cujo atendimento apresenta historicamente um caráter substitutivo. Assim, a polêmica instaurada está relacionada ao *locus* desse atendimento, ou seja, se ele deveria se dar na escola comum ou na escola especial.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, cerca de 10% da população dos países em desenvolvimento apresentam alguma deficiência. Porém, conforme o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2000, o percentual de pessoas com deficiência no Brasil é de 14,5%.

No contexto da sociedade atual, temos presenciado uma série de ações afirmativas do Estado que visam garantir tratamento igualitário às pessoas com deficiência no âmbito da educação, do trabalho e da sociedade em geral. Todavia, o processo histórico de exclusão imposto a este grupo requer profundas mudanças estruturais, de consciência e de comportamento.

Assim, buscando refletir sobre esse contexto e as implicações para que a pessoa com deficiência, em especial, a pessoa com deficiência intelectual significativa, consiga se inserir e participar ativamente da vida social propõe-se o presente estudo, fazendo um recorte para analisar a função social e o funcionamento das Oficinas Pedagógicas da escola especial Novo Amanhecer, de Assis Chateaubriand.

5. PROBLEMATIZAÇÃO

O acesso ao trabalho é tema recorrente nos documentos nacionais e internacionais, sobretudo quando se trata da promoção de oportunidades de trabalho às pessoas que possuem deficiência. Dentre outros documentos legais, destacamos a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2007), que em seu artigo 27 dispõe que

Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Este direito abrange o direito à oportunidade de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceitação no mercado laboral, em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência.

Na mesma perspectiva, a Lei nº 8.213, que desde 1991, constitui importante instrumento para a inserção das pessoas com deficiência, pois define a reserva legal de cargos e empregos públicos e postos de trabalho. Porém, somente com o Decreto 3.258/99, foram fixados os parâmetros de cada tipo de deficiência e as determinações legais passaram a ter certa efetividade. Além disso, o referido decreto estabeleceu competência ao Ministério do Trabalho e Emprego para fiscalizar o cumprimento da lei nas empresas privadas.

Como se pode ver, diversos mecanismos e instrumentos formais vêm estimulando a inserção da pessoa com deficiência no processo produtivo, contudo, a lógica do sistema capitalista, repleta de contradições, tem como matriz a produção da mais valia, visto que, para se manter nessa ordem, o detentor dos meios de produção necessita obter o máximo de lucro e reduzir os seus gastos para fazer frente à concorrência. Não obstante,

o Brasil possui uma das maiores populações de portadores de deficiência do mundo (16 milhões de pessoas) e uma das menores taxas de participação no mercado de trabalho. Segundo estimativas disponíveis, 9 milhões estão em idade de trabalhar. Destes, os que trabalham no mercado formal somam cerca de 2% (PASTORE, 2000, p. 07).

Não é difícil conceber que, nesse contexto, a pessoa com deficiência encontra-se duplamente em desvantagem: primeiro porque compõe, em sua grande maioria, a classe trabalhadora, expropriada dos bens materiais e culturais; em seguida porque para fazer jus à condição trabalhador, muitas vezes necessita da remoção de barreiras arquitetônicas que encarecem o processo e dificultam o cumprimento dos dispositivos legais.

6. OBJETIVOS

6.1. Geral

Conhecer e refletir sobre o trabalho educacional e de atendimento especializado prestado aos alunos com deficiência intelectual significativa, matriculados nas oficinas pedagógicas da Escola Especial “Novo Amanhecer” frente às políticas públicas de inclusão.

6.2. Específicos

Verificar como se dá o trabalho docente nas oficinas pedagógicas da escola especial Novo Amanhecer com vistas ao desenvolvimento integral dos educandos com deficiência intelectual ali matriculados;

Identificar as ações desenvolvidas nas oficinas pedagógicas na perspectiva da integração social e profissional desse educando, da facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos disponíveis na sociedade e que objetivam a redução dos obstáculos impostos pela discriminação e preconceito.

Fazer um levantamento sobre os serviços existentes para atender às expectativas profissionais desses educandos, bem como aqueles que se mostram necessários, mas que ainda não estão disponíveis.

Analisar o plano de avaliação individual dos alunos das oficinas pedagógicas da referida escola, procurando identificar se o mesmo apresenta dados concretos que viabilizem o reconhecimento dos limites, das necessidades e possibilidades tanto dos educandos, quanto da instituição.

Identificar as diferentes possibilidades de trabalho desenvolvido em parceria entre escola especial e família de alunos com deficiência intelectual

Socializar os conhecimentos adquiridos junto aos profissionais que trabalham nas oficinas pedagógicas e nas demais áreas da educação.

7. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O processo de exclusão das pessoas com deficiência se apresenta de diferentes formas ao longo do processo histórico. Para fazer essa análise, valemos do trabalho realizado por Bianchetti (1998), no qual o autor traça as principais características do tratamento voltado à pessoa com deficiência nos diferentes modos de produção.

Diz o autor referindo-se às sociedades primitivas

Uma das características básicas desses povos era o nomadismo, sendo que o atendimento das suas necessidades estava totalmente na dependência do que a natureza lhes proporcionava, como por exemplo, a caça e a pesca no tocante à alimentação e as cavernas para se abrigar (BIANCHETTI, 1998, p. 28).

Em razão disso, o homem não tinha controle sobre a natureza e necessitava locomover-se com freqüência, forçando cada um a encontrar suas alternativas de sobrevivência e a colaborar com o grupo. Aqueles que não apresentavam condições para prover a sua sobrevivência, eram considerados um estorvo e por isso estavam condenados ao abandono.

Nas sociedades escravistas evidencia-se a cisão entre os homens livres e os escravos. As atividades predominantes nesse período foram as guerras e, por essa razão, essa sociedade supervalorizou o corpo. Era necessário formar o guerreiro e dispor do escravo. Assim, “se, ao nascer, a criança apresentasse qualquer manifestação que pudesse atentar contra o ideal prevalecente, era eliminada” (BIANCHETTI, 1998, p. 29).

No período feudal a concepção ateniense é substituída pela teologia cristã, que dicotomiza o ser humano em corpo e alma. Nesse modelo, a pessoa que não se enquadrava no padrão estabelecido passou a ter o direito à vida, todavia, tornou-se alvo do estigma moralizador cristão, atribuindo-lhe o fardo do pecado. Ao mesmo tempo em que o corpo era entendido como o abrigo da alma, atribuía-se-lhe um caráter diabólico, passível de exorcismo, de purificação ou de cura.

A passagem do feudalismo ao capitalismo se deu mediante profundas transformações na ordem social e que repercutem na própria constituição do sujeito. Assim argumentam Carvalho e Orso (2006):

Ao longo da existência humana, os homens, através das constantes lutas para produzir os meios de vida, vêm vivenciando diferentes formas de organização social. A forma de propriedade dos meios de produção e a relação de trabalho existente, caracterizam os períodos históricos. Com o estabelecimento das sociedades classistas, a história da humanidade passou a ser determinada a partir do desenvolvimento das contradições entre as antagônicas classes, presentes em cada modo de produção. (p 157).

Bianchetti (1998, p. 34) destaca que “nenhuma classe social, e muito menos a burguesia, passa de dominante à hegemônica se não conseguir se apossar de todos os aparatos que compõem uma sociedade e lhe dar sua direção”. E é a partir do século XVI que a burguesia passa a introjetar todo o seu ideário liberal, voltado à mercantilização e acumulação. O século XVIII, caracteriza-se pela ditadura da máquina, visto que o ritmo do corpo sujeitava-se à velocidade imposta pela produção em série.

Essa forma de organização do trabalho vem declinando, dando espaço a um

novo paradigma de produção, assentado na integração e na flexibilidade dos sistemas produtivos, onde potencialmente estariam dadas as condições para todos os homens e mulheres desfrutarem igualmente dos avanços e conquistas da ciência e da tecnologia, a partir da objetivação da inteligência humana nas máquinas (BIANCHETTI, 1998, p. 39)

Chegamos então ao contexto atual e o que vislumbramos é uma sociedade que explicita ranços das diferentes visões históricas aqui apresentadas, associados às contradições do capitalismo que produz a exclusão em massa e precariza as relações humanas na medida em que torna tudo e todos suscetíveis à lógica do mercado.

Como poderemos situar a escola e a educação da pessoa com deficiência na conjuntura do modelo vigente?

Precedentemente, faremos uma reflexão sobre os postulados da psicologia histórico-cultural, que tem como principais representantes Vigotski, Leontiev e Luria, os quais formam a Tríade Soviética.

Esses autores defendem a socialização como elemento fundamental para o desenvolvimento das potencialidades humanas. Não ignoram a importância da evolução e da biologia na constituição do ser humano, entretanto, destacam que as leis sócio-históricas são determinantes, considerando que o homem é um ser social.

O homem necessita passar por um processo chamado de humanização para que se torne essencialmente um homem. Por meio desse processo de transmissão

de toda cultura humana produzida historicamente, o homem se apropria dos valores, comportamentos e conhecimentos elaborados pelo conjunto dos homens, passados de uma geração à outra. Entretanto, Leontiev (2004) demonstra que as aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não estão dadas aos homens, elas são suscetíveis de apropriação pelo homem, que para tal necessita da intermediação de outro homem.

Dessa forma, na perspectiva histórico-cultural, o processo de aprendizagem se dá pelo acesso ao conhecimento produzido pela humanidade. Para Leontiev (1978) citado por Carvalho, Rocha e Silva (2006), “este processo realiza-se na atividade que a criança emprega relativamente aos objetos e fenômenos do mundo circundante, nos quais se concretizam estes legados da humanidade” (p. 51).

Ainda, para esses autores,

o educando não deve ser analisado como um indivíduo isolado, mas como alguém que possui um desenvolvimento condicionado por múltiplos determinantes, os quais são estabelecidos por fatores econômicos, políticos, sociais e culturais presentes um determinado momento histórico (p.52).

Seguindo o mesmo raciocínio, a escola, analisada num contexto histórico geral, é determinada pela sociedade em que está inserida, ou seja, toda sua estrutura e organização curricular é influenciada pelo modelo social vigente. O modo de produção capitalista, dividido em classes, com interesses antagônicos, utiliza a escola, segundo Althusser (1970), como mecanismo de reprodução e conservação do *status quo*.

No entanto, Saviani (1984) destaca que a educação precisa superar tanto o poder ilusório caracterizado pelas teorias não-críticas, que desconhecem as determinações sociais no processo educativo, como a impotência das teorias crítico-reprodutivistas, nas quais há uma percepção da dependência da educação em relação à sociedade, mas que se limitam à análise da reprodução.

Defende ainda o referido autor, que a escola pode caracterizar-se como um instrumento capaz de contribuir para a superação da marginalidade quando valoriza

os conteúdos que apontam para uma pedagogia revolucionária; pedagogia revolucionária esta que identifica as propostas burguesas como elementos de recomposição de mecanismos hegemônicos e se dispõe a lutar concretamente contra a recomposição desses

mecanismos de hegemonia, no sentido de abrir espaço para as forças emergentes da sociedade, para as forças populares, para que a escola se insira no processo mais amplo de construção de uma nova sociedade (SAVIANI, 1984, p. 63)

Promover a inclusão, portanto, não é exclusivamente admitir que o aluno com deficiência esteja matriculado no ensino comum, mas sim garantir que lhe sejam proporcionadas condições de aprendizagem. Assim, a acessibilidade pode ser definida como condição de ingresso e uso de determinado lugar.

O Decreto Federal 5296/2004 define acessibilidade como “condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”.

Ao analisarmos a legislação educacional brasileira, no que tange as políticas de inclusão, percebe-se um movimento de concordância com uma linha inclusiva de educação ao defender que a pessoa com deficiência deve estar na escola comum, mas sabe-se que a problemática da inclusão vai além do que indicam os documentos oficiais que fundamentam as diretrizes educativas.

Na prática, deparamo-nos com inúmeras dificuldades para que a política de inclusão se torne realidade em nossas escolas. Cabe à sociedade e à escola eliminar com as barreiras físicas e atitudinais para que as pessoas com deficiência tenham, de fato, o acesso aos serviços, aos espaços, às informações e a todos os bens imprescindíveis para o seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

A educação profissional tem como objetivo a inserção efetiva da pessoa com deficiência na sociedade por meio do trabalho, proporcionando-lhe um conjunto de habilidades para que possa atuar de forma autônoma, tendo domínio básico das novas tecnologias e conhecimento sobre as possíveis atividades profissionais que poderá desenvolver.

Nesse sentido, os profissionais que atuam nas Oficinas Pedagógicas da escola especial Novo Amanhecer, conscientes de seu papel mediador, vêm desenvolvendo as suas atividades com vistas à inclusão profissional da pessoa com deficiência intelectual significativa.

Assim, o currículo de educação profissional não pode ser fechado e rígido, sob pena de ser inoperante no que se refere ao preparo do aluno com deficiência para agir no mundo ocupacional. Há que se definir as capacidades que o aluno com deficiência necessita se apropriar, especificando uma área determinada e conduzir o aprendizado nessa direção.

O plano individualizado, na perspectiva da educação profissional, adotará um roteiro de acordo com as capacidades e limitações apresentadas pelo educando com deficiência. Há também que se ponderar, na avaliação profissional, os fatores de empregabilidade, o perfil que o processo produtivo local exige, sua demanda e também as exigências.

Segundo Sasaki (1993) a avaliação para o trabalho tem os seguintes objetivos: identificar as capacidades e habilidades do educando com deficiência mental; averiguar os aspectos pessoais, sociais e profissionais; direcionar e adaptar os programas a serem desenvolvidos; definir a elegibilidade do candidato aos programas de educação profissional; identificar as capacidades psicomotoras, comunicativas, de vida diária, social e conceitual.

Ainda segundo o mesmo autor, na avaliação para o trabalho são desempenhados os seguintes passos: comprovação das informações dos programas anteriores e das referências analisadas de outros profissionais, tais como: nível máximo de escolaridade, saúde física e psicológica, capacidades adquiridas, orientação espacial, autonomia na locomoção e utilização de transportes coletivos.

Destaca-se também a realização de entrevistas com a própria pessoa com deficiência intelectual (pendente do nível do deficiente intelectual com auxílio do responsável), para obter informações referentes à situação de trabalho ou ocupação, histórias de trabalho no passado, história pessoal ou ocupação, história médica, história da família, sendo que a função destas entrevistas é a de averiguar o interesse da pessoa com deficiência em tornar-se sujeito desse processo.

Poderão ser realizadas observações diretas, nos espaços freqüentados pela pessoa com deficiência e/ou em situações específicas, como na realização de determinadas tarefas.

A avaliação para o trabalho é uma dos passos mais importantes porque permite verificar aspectos pessoais, emocionais e sociais, além de possibilitar a

verificação das capacidades específicas para a realização de tarefas, possibilitando assim, a inclusão.

Diante das exigências do sistema capitalista, deparamo-nos com a dificuldade enfrentada pela pessoa com deficiência intelectual significativa, que por vezes, não consegue atingir um grau de desenvolvimento que lhe permita iniciar e concluir o processo educacional profissionalizante, afim de que seja encaminhada ao processo produtivo.

Assim, esse aluno é encaminhado para programas que visem o desenvolvimento de habilidades para a vida, proporcionando-lhe o máximo de autonomia possível. Tais programas objetivam auxiliar a pessoa com deficiência intelectual nas suas atividades da vida diária, na higiene, na alimentação e nos cuidados pessoais, que incluem o ato de vestir-se, locomover-se com segurança, a preparação de comida e o desenvolvimento da comunicação.

Tendo em vista as características das pessoas com deficiência atendidas pelas oficinas pedagógicas, a flexibilidade curricular revela-se positiva, uma vez que foca nas necessidades específicas dos alunos com deficiência. Além disso, a necessidade da adequação curricular se expressa no seguinte texto da proposta curricular do MEC para jovens e adultos (RIBEIRO, 1999):

Qualquer projeto de educação fundamental orienta-se, implícita ou explicitamente, por concepções sobre o tipo de pessoa e de sociedade que se considera desejável, por julgamentos sobre quais elementos da cultura são mais valiosos e essenciais. O currículo é o lugar onde esses princípios gerais devem ser explícitos e sintetizados em objetos que orientem a ação educativa. (p.15).

“Assim, as Oficinas Pedagógicas devem ser o espaço educacional que dão continuidade a esse processo permanente, destacando-se pela especificidade de objetivos, voltados para a formação do aluno para atuação no mundo produtivo, ou seja, para a capacitação do aluno para o desenvolvimento de atividade econômica, na qual possa fazer uso de suas qualificações ou aptidões profissionais, à luz de perspectivas de emprego / trabalho” (BRASIL,2000).

8. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

O desenvolvimento do presente estudo terá ênfase na análise qualitativa, visto que esta possibilita a escolha de um problema, estudo e análise de referências selecionadas e a reflexão sobre as informações e dados coletados na realidade da escola, procurando assegurar a flexibilidade nas diferentes etapas propostas e, principalmente, confrontando a prática docente com os pressupostos teóricos que fundamentam o presente estudo.

Assim, pretende-se realizar o estudo dos pressupostos teóricos e promover a discussão com os professores que atuam nas Oficinas Pedagógicas da escola especial Novo Amanhecer sobre a sua prática docente, refletindo sobre as possibilidades e limites para alcançar uma efetiva inclusão das pessoas com deficiência intelectual significativa no processo produtivo e para a promoção de sua independência.

O presente projeto será desenvolvido em três etapas:

Primeira ação: será realizado um levantamento sobre a necessidade de um processo de formação contínua junto aos professores dos educando com deficiência intelectual significativa com o intuito de subsidiar o referido programa;

Segunda ação: desenvolver e implementar um programa de formação continuada, o qual será constituído pelo estudo da base teórica que fundamenta o presente projeto, pela análise dos aspectos fundamentais do Currículo Funcional e Natural, acrescidos com os dados da observação direta do trabalho das participantes;

Terceira ação: avaliar os resultados alcançados a curto e médio prazo, relacionados à prática pedagógica dos professores de educandos com deficiência intelectual significativa, integrantes do programa de formação continuada.

Instrumento:

Para viabilizar a transcrição, o registro e a descrição das informações obtidas por meio das entrevistas com os professores e da coleta de dados referentes às situações de ensino entre professores e educandos, serão utilizadas fichas, as quais viabilizarão elencar as competências básicas apresentadas pelas professoras ao trabalharem com educando com deficiência intelectual significativa. Além daquelas, serão também utilizadas fichas para registrar os atendimentos individualizados e verificar a apropriação do educando referente às habilidades

essenciais, sendo que esse instrumento será denominado Fichas de Trabalho (Anexos 1, 2 e 3).

Local:

O presente Projeto terá como local uma Escola Especial, de natureza privada e filantrópica da cidade Nova Aurora. Especificamente, o Projeto de Aula será realizado no Setor da Oficina Pedagógica.

A Escola Especial atende atualmente 104 alunos com deficiência intelectual, múltiplas deficiências, crianças com diversas síndromes que comprometem o desenvolvimento, crianças com distúrbios de aprendizagens, condutas típicas que já passaram por outras escolas e não se adaptaram. O professor e a direção, em conjunto com as equipes técnicas e pedagógicas, têm um papel fundamental, pois são esses profissionais os principais responsáveis pelo processo ensino – aprendizagem.

A escola oferece os seguintes programas:

Educação Infantil – 00 a 03 anos e 04 a 06 anos;

Ensino Fundamental - 07 a 16 anos e

Educação Profissional - acima de 16 anos.

A Educação Profissional oferece as seguintes Oficinas: jardinagem e horticultura, reciclagem e papel e cestaria, Oficina de Culinária – cozinha, bordados e crochê.

Procedimento:

Serão desenvolvidas cinco etapas, conforme exposto no quadro abaixo:

Quadro 1. Delineamento que será utilizado no Plano de Aula.

1ª ETAPA PRELIMINAR	Identificação das necessidades de formação de professores de educando com deficiência intelectual significativa
2ª. ETAPA	Avaliação Inicial das competências das professoras
3ª.ETAPA	Desenvolvimento do Programa de Formação Continuada
4ª. ETAPA	Implementação do Programa de Formação Continuada
5ª. ETAPA	Avaliação Final das competências das professoras e Avaliação do Programa de Formação Continuada

Na 1ª Etapa Preliminar realizar-se-á um estudo descritivo, tomando como base o relato dos profissionais do serviço sobre a elaboração do planejamento de ensino utilizado e a análise documental do planejamento de ensino elaborado pelos professores, tendo como objetivo conhecer o cotidiano escolar e caracterizar o ensino e ainda identificar necessidades de formação.

Após esse estudo preliminar será realizada a 2ª Etapa, que se constituiu na avaliação das competências das professoras para ensinarem seus educando. Essa avaliação será efetuada tomando como base 21 horas de vídeo-gravações de situações reais de ensino, em sessões espaçadas num período de dois meses. Essas sessões de observações serão efetuadas com as professoras participantes. Os dados obtidos serão registrados nas Fichas de Trabalho.

A partir dos resultados obtidos com a descrição e análise do serviço, que indicaram problemas prioritários na questão curricular e na elaboração dos planejamentos educacionais individualizados, desenvolverá na 3ª Etapa o programa de formação com ênfase no currículo funcional e no planejamento de ensino.

O programa de formação será composto por sete unidades de conteúdos que tratarão:

- 1) Abordagem Ecológica, Currículo Funcional e Natural e Planejamento de Ensino;
- 2) Escalas de Desenvolvimento Intelectual;
- 3) Registros de Comportamentos e Habilidades;
- 4) Entrevistas com Pais;
- 5) Materiais e Adaptações;
- 6) Referenciais Curriculares para Educação profissional e Adaptações Curriculares;
- 7) Planejamento de Ensino Individualizado.

A 4ª Etapa trata da implementação do referido Projeto. Este será implementado em encontros quinzenais na própria Escola Especial envolvendo atividades teóricas e práticas. As atividades práticas serão realizadas nas salas de aula das professoras com a participação da pesquisadora em todas as atividades. O programa terá duração total de 80 horas.

Na 5ª Etapa serão coletadas novas amostras de situações reais de ensino por meio de filmagens. As sessões de filmagens serão realizadas em dois momentos (dois e seis meses após o programa) para fins de avaliação da aquisição de habilidades e da avaliação da manutenção dessas habilidades. Ainda serão coletados relatos dos professores, em situações de entrevistas individualizadas.

Avaliação

A avaliação será contínua afim de que se possa manter a consistência do estudo, bem como o entrosamento dos integrantes do grupo. Para o bom andamento do projeto, em todas as etapas serão observados os resultados e, quando identificados pontos que mereçam readequação, as ações serão discutidas pelos integrantes do grupo e professor PDE, procedendo alterações sempre que necessárias.

O desempenho do professor em todo procedimento educacional institucional é fundamental. Sua capacidade profissional tem um sentido político que é importante enfatizar. Mello (1985, p.43) assim expõe as características desta competência:

Em primeiro lugar, o domínio adequado do saber escolar a ser transmitido, juntamente com a habilidade de organizar e transmitir esse saber de modo a garantir que ele seja efetivamente apropriado pelo aluno. Em segundo lugar, uma visão relativamente integrada e articulada dos aspectos relevantes de sua própria prática, ou seja, um entendimento das múltiplas relações entre os vários aspectos da escola, desde a organização dos períodos de aula, passando por critérios de matrícula e agrupamento de classes, até o currículo e os métodos de ensino. Em terceiro lugar, uma compreensão mais ampla das relações entre a escola e a sociedade, que passaria necessariamente pela questão de suas condições de trabalho e remuneração.

Com base neste Projeto, será produzido um programa de formação que terá como eixo norteador o Planejamento de Ensino Individualizado e o Currículo Funcional.

Essa construção percorrerá todos os seus aspectos: função, elaboração e utilização. Para tanto, serão trabalhados temas que servirão de subsídio para a tarefa de construção que se constituirão objetivos intermediários, como: adaptação de escalas desenvolvimento intelectual em inventário comportamental, construção de folha de registro para avaliação inicial e de aquisição e manutenção do desempenho dos educando, seleção e adaptação de materiais e utilização das Adaptações Curriculares e Referenciais Nacionais para Educação Profissional.

A implementação levará em consideração os programas de formação, que devem propiciar oportunidades de discussão e reflexão sobre a realidade nas quais as professoras atuam, como forma de subsidiar o desenvolvimento das atividades destes profissionais.

Cabe ressaltar ainda que, no presente Projeto o conteúdo será voltado exclusivamente para a questão curricular e do planejamento do ensino individualizado. Portanto, não haverá tentativa de ensinar ou treinar diretamente as competências dos professores. Elas serão apenas avaliadas antes e depois do Projeto.

Dentre as obrigatoriedades estabelecidas pelo programa ao professor PDE, a preparação da produção didático-pedagógica conceitua-se como estratégia de suma importância do programa, uma vez que contém dentro de suas especificidades o objetivo de cooperar para o progresso do trabalho docente.

No caso particular deste trabalho, a produção materializar-se-á na caracterização de material intitulado Caderno Pedagógico. Este material contemplará várias unidades, com abordagem centrada em temas das Oficinas Pedagógicas, contendo textos de fundamentação teórica com as respectivas sugestões de atividades a serem desenvolvidas.

Uma das atividades mais significativas desenvolvidas pelo professor PDE ao longo do Programa é a implementação na escola do Projeto de Intervenção Pedagógica, elaborado sob a orientação da IES, durante os dois primeiros períodos do Programa. O Projeto visa contemplar o desenvolvimento de estratégias pedagógicas para atender as dificuldades diagnosticadas pelo professor em seu espaço específico de trabalho – a escola.

Os Grupos de Apoio à Implementação dos Projetos PDE na Escola terão como objetivos:

a) Criar condições concretas para que o professor PDE e os professores participantes dos grupos possam discutir as bases teórico-metodológicas que orientam o Projeto de Intervenção Pedagógica do professor PDE, docente do grupo.

b) Analisar, a partir dos dados diagnosticados, a pertinência e adequação das atividades propostas no Projeto de Intervenção Pedagógica, auxiliando no acompanhamento, desenvolvimento e programação das atividades.

c) Realizar avaliação das atividades realizadas ao longo do processo de implementação do Projeto, apresentando ao final, sugestões para que o professor incorpore em seu artigo final de conclusão do PDE .

Poderão participar do Grupo de Implementação do Projeto PDE na Escola professores QPM, QUP, PSS, profissionais técnico administrativo e de apoio escolar, QPPE e QG lotados e/ou prestando serviço no estabelecimento de ensino do

professor PDE docente do grupo ou de escolas de seu município de atuação, que esteja em pleno gozo de suas atividades funcionais no período de duração do grupo, com um limite máximo de 15 participantes e duração de 32 horas, sendo subdivididas em 08 encontros de 04 horas e será ofertado em horários que não venha a confrontar a carga horária de trabalho.

A produção final ocorrerá no 3º e 4º períodos do Programa, será elaborado o Artigo Final, no qual serão sistematizadas as experiências na implementação do Projeto, evidenciando eventuais dificuldades encontradas, defendendo e fundamentando as idéias, aprofundando temáticas específicas e sugerindo outras alternativas possíveis visando o aperfeiçoamento.

9. CRONOGRAMA

1º PERÍODO (2ºSem de 2009)	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT
Delimitação do objeto de estudo	X	X	X			
Leitura do material bibliográfico		X	X	X	X	X
Pesquisa bibliográfica			X	X	X	X
2º PERÍODO (1ºSem de 2010)	NOV	DEZ	FEV	MAR	ABR	MAI
Elab. Estr. Proj Interv. Ped.	X	X	X	X	X	
Produção Mat. Didático-Pedagógico			X	X	X	X
3º PERÍODO (2ºSem de 2010)	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
Produção Mat. Didático-Pedagógico	X	X				
Implementação do Proj. na Escola			X	X	X	X
4º PERÍODO (1º Sem de 2011)			FEV	MAR	ABR	MAI
Elaboração e estruturação do artigo final			X	X	X	X

9. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Federal nº 5296 de 02 de dezembro de 2004**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004.

CARVALHO, A. R. de; ORSO, P. J. As pessoas com deficiência e a lógica da organização do trabalho na sociedade capitalista. In: Programa Institucional de

ações relativas às pessoas com necessidades especiais - PEE (org). **A pessoa com deficiência na sociedade contemporânea: problematizando o debate**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006. p. 155 – 179.

CARVALHO, A. R. de; ROCHA, J. V. da; SILVA, V. L. R. R. da. Pessoa com deficiência na história: modelos de tratamento e compreensão. In: Programa Institucional de ações relativas às pessoas com necessidades especiais - PEE (org). **Pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006. p. 15 – 56.

CARVALHO, J. R.; TURECK, L. T. Z. Algumas reflexões sobre a inclusão escolar de alunos com deficiência. In: Programa Institucional de ações relativas às pessoas com necessidades especiais - PEE (org). **A pessoa com deficiência na sociedade contemporânea: problematizando o debate**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006. p. 63 – 89.

CARVALHO, R. E. **A nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

CORREIA, L. de M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Editora Porto, Porto – Portugal, 1999. (Coleção Educação Especial V. 1)

DESROCHE, H. **Entreprendre d'apprendre: d' une autobiographie raisonnée aux projets d' une recherche-action**. Paris: Editions Ouvrières, 1990.

FERREIRA, D. **Manual de sociologia: Dos clássicos à sociedade da Informação**. SP: Atlas S.A, 2001.

FERREIRO, E. **Reflexões sobre Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1992.

FINGER, J. A. **Terapia ocupacional**. São Paulo: Sarvier, 1986.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam**. 33. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GÓES, M. C. R. (Org). **A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento**. São Paulo: Papirus, 1993.

GURGEL, M. A. Trabalho para pessoas portadoras de deficiência, instrumento de pleno exercício da cidadania. In. OLIVEIRA, M. H. A. (Org.) **Trabalho e deficiência mental: perspectivas atuais**. Brasília, DF: Dupligráfica Editora, 2003.

KUENZER, A. **Competência como práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores**. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v.29, n.1, jan./abr. 2003.

KUENZER, A.; GRABOWSKI, G.. Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Perspectiva**, América do Sul, 24 9 06 2009.

MANJÓN, D. G.; GIL, J. R. & GARRIDO, A. A. Adaptaciones curriculares – guia para su elaboración. Granada- Espanha: Aljibe, 1995. Colección: Educación para la diversidad.

MANTOAN, M. T. E. **A construção da inteligência nos deficientes mentais**: um desafio, uma proposta. Revista Brasileira de Educação Especial, 1992(1): 107-114.

MELLO, G. N. **Magistério de 1º grau**: da competência técnica ao compromisso político. São Paulo: Cortez, 1985.

MENDONÇA, R. de C. T. **Breves comentários sobre os dispositivos legais que subsidiam a política de inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. Rede SACI, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de educação especial. Brasília: MEC, 1994.

NERI, M. **Retratos da deficiência no Brasil (PPD)**. Rio de Janeiro: FGV / IBRE, CPS, 2003.

OLIVEIRA, P. S. **Introdução à sociologia**. 24º ed. São Paulo: Ática, 2000

SACRISTAN, G. **Compreender e Transformar o ensino**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SASSAKI, R. K. **Emprego apoiado**. São Paulo: PRODEF/FABES/PMSP, 1993. apost.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1985.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez, 1991.

SMOLKA, A. L. **A criança na fase inicial da escrita**: a alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez, 1996.

SPACKMAN, W. **Terapia ocupacional**. 8. ed. Espanha: Editorial Médica Panamericana, 1998.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

TROMBLY, C. A. **Terapia ocupacional para disfunção física**. 2ª ed. São Paulo: Santos, 1989, 514 p.

UNIOESTE. **Pessoas com Deficiência: Aspectos Teóricos e Práticos Org. Programa institucional de ações Relativas à Pessoa com Necessidades Especiais. PEE.** Cascavel: Edunioeste, 2006.

VIGOTSKY, L.S. **El niño ciego.** In obras completas. Tomo V. Habana: Cuba, 1989.

ANEXO 1 - Roteiro de entrevista

Entrevista semi-estruturada realizada com as professoras da Escola Especial
1 – Nome
2 – Idade
3 – Formação
4 – Tempo de serviço na educação?
5 – Como é seu regime de trabalho?
6 – Em quantas escolas você atua?
7 – Quanto tempo você atua nesta escola?
8 – Como você vê o deficiente intelectual com deficiência significativa?
9 – Como você vê a sua prática pedagógica frente à a esses educando?
10 – Fale-me da sua prática no dia a dia com o educando com necessidades educacionais especiais?
11 – Como você vê o processo de educação profissional deste(s) educando?
12- O que você pensa sobre a inclusão dele?
13 – Como é a sua prática pedagógica com eles?
14 - Fale-me da avaliação do educando especial. Quais as suas propostas de avaliações para esses educando? Como ela ocorre?

15- Você tem dificuldades para trabalhar com eles? Caso positivo: perguntar quais?
16 – Qual é o seu sentimento frente às dificuldades encontradas? Fale-me de como você tenta superá-las?
17- Você recebe algum apoio da área de Educação Especial? Caso positivo perguntar qual?
18 – Você troca informações com professores de Escola Comum? Qual é o tempo destinado para essa troca de informações e para a elaboração de materiais e/ou atividades para o aluno especial?
19 – Tem mais alguma coisa para acrescentar?

Ficha adaptada a partir de Correia (1999).

ANEXO 2 – Roteiro de registro em diário de campo

Roteiro de observações

Aluno: _____

Idade: _____ Ano escolar: _____

Breve descrição da turma: _____

Interação do aluno com a professora: _____

Interação do aluno com os colegas: _____

Atividades propostas pela professora: _____

Atividades realizadas pelo aluno (com ou sem auxílio): _____

Aspectos que mais chamaram atenção: _____

Demais informações relevantes: _____

Ficha adaptada a partir de Correia (1999).

ANEXO 3 – Ficha de Competências			
O processo de Ensino e Aprendizagem do Aluno com Deficiência Intelectual Significativa			
Escola:		Data:	
Aluno:		Idade:	
Ano:			
A) Conhecimentos lingüísticos	nunca	Sempre	Às vezes
Conhece as letras do alfabeto			
Reconhece a diferença entre letras e números			
Domina sílabas simples			
Faz leitura oral			
Aprecia ouvir histórias			
Consegue compreender e reproduzir histórias			
Participa de jogos lógicos e jogos com palavras			
Possui bom vocabulário e sabe soletrar			
Consegue escrever palavras simples			
Consegue formar frases simples			
Utiliza-se de comunicação oral			
Utiliza-se de comunicação gestual			
Compreende o que lhe dizem			
B) Raciocínio Lógico e histórias matemáticas	nunca	Sempre	Às vezes
Relaciona quantidade ao número			
Soluciona problemas simples			
Reconhece e sabe lidar com dinheiro			
Possui conceitos como: cor, tamanho, formas geométricas, posição direita e esquerda, antecessor e sucessor			
Reconhece a relação entre número e			

dias do mês (localização temporal)			
Conhece seqüência lógica escrita e oral			
Gosta de resolver desafios matemáticos			
Resolve operações matemáticas com apoio de material concreto			
Resolve operações matemáticas sem apoio de material concreto			
Pergunta sobre o funcionamento das coisas			
Gosta de jogos envolvendo lógica como, por exemplo, quebra-cabeça, charadas, entre outros			
Resolve operações matemáticas simples com uso do pensamentos abstrato			
Organiza figuras em ordem lógica			
C) Percepção e expressão	nunca	Sempre	Às vezes
Descreve imagens visuais com clareza			
Possui habilidades artísticas (desenhar, pintar, entre outras)			
Extraí fatos de figuras			
Gosta de desenhar e pintar			
Possui habilidades físicas			
Movimenta-se mesmo quando está sentado			
Tem necessidade de “pegar” tudo o que vê			
Demonstra habilidade em trabalhos com coordenação motora fina			
Possui um jeito dramático de se			

expressar			
Gosta de ouvir música			
Tem dificuldades em usar tesouras			
Tem dificuldades em subir escadas			
Apresenta movimentos descoordenados			
Pega o lápis de forma coordenada			
Possui ritmo quando dança			
Percebe a vibração ou som da música			
d) Comportamento socioemocional	nunca	Sempre	Às vezes
Realiza as atividades individualmente			
Gosta de brincadeiras coletivas			
Realiza as atividades de forma colaborativa com colega da turma			
Gosta de auxiliar colegas da turma na resolução de tarefas			
Possui amigos			
Mantém relacionamento cordial com os colegas			
Respeita os combinados do grupo			
É autônomo com a realização das atividades de sala de aula			
É disciplinado			
É criativo			
Realiza as atividades de vida diária como ir ao banheiro, alimentar-se no recreio e outros de forma autônoma			
É atento			
É agitado (movimenta-se muito)			
É agressivo (verbal ou fisicamente)			
É tímido quando em interação			
É inseguro diante de vivências novas			

na rotina			
Gosta de conversar			
Apresenta boa memória visual			
Apresenta boa memória auditiva			
Apresenta concentração para conclusão de atividades			
Tem percepção de suas potencialidades e limites			
Tem noção do perigo			
Prefere trabalhar sozinho			
Sabe expressar seus sentimentos			
Possui auto-estima elevada			
Responde de forma negativa a qualquer tipo de solicitação			
É lento na execução dos trabalhos escolares			
Apresenta organização com o material escolar			
Descrição sobre:			
Desenvolvimento cognitivo:			

Relacionamento social:			

Dificuldades encontradas:			

Possibilidades observadas:

Ficha adaptada a partir de Correia (1999).